

Espelhos, identidade, imaginário

Notas soltas sobre o significado do 25 de Abril

Cecília Barreira

• Espelhos. Indentidade. Imaginário. O título desta breve comunicação não pretende sugerir uma tese: quando muito, uma anti-tese, uma reflexão à margem da observação histórica e/ou sociológica, um deambular solto e imprevisível. O imaginário por onde se escoam estes anos que espargidos são dez. Imaginário que reflecte, mesmo que fracturada e imprecisamente, uma identidade pátria, espelho onde confluem os fantasmas de um colectivo em gestação.

Parti de um texto poético de Jorge Luís Borges, no qual se fala de espelhos:

*«Hoje, ao fim de tantos e perplexos
Anos de errar sob a diversa lua,
Me pergunto que acaso da fortuna
Determinou que temesse os espelhos».*

O «profundo irrealismo» da imagem que os portugueses se faziam (se fazem) de si próprios passa, do meu ponto de vista por um salientar dos espelhos, um temer as consequências de um avaliar sem máscaras. Pelo contrário, o fazer-se gala em fugir aos espelhos, afivalando a imagem pelo outro que não se é, equivale a um demissionação porque insistente e convicta. Equivale a um navegar em águas turvas. Um oscilar, um perpétuo fluir.

Mas não nos afastemos do tema proposto: o 25 de Abril dez anos após.

Viagem por entre o inominável espaço de uma identidade que ainda se procura, porque transfigurada em múltiplo. Comemoração arriscada esta dos dez anos de Abril: se nos não precavemos surpreendemo-nos a colocar-lhe uma fita ao peito arrumando-o, bem comportado e sossegadamente, na prateleira das efemérides pátrias, dias santos e feriados festivos, na apoteose de todos os esquecimentos e deslembanças.

Atitude política, também. Porque toda a efeméride subentende uma postura, uma leitura ideológica. E sinal inolvidável de um tempo-percurso, de um labirinto na memória e nos gestos, hoje, falar de Abril só se «legítima a propósito de uma comemoração a que o peso redondo dos anos remete transparentemente. Doutra modo parecerá que omitimos a sigla partidária que envergonhadamente calamos.

Abril ainda não devolve a uma neutralidade fria e distante: dez anos que cresceram em nós, tanto que amanhecemos num mundo diferente. Com a marca de um perturbante caminho de enviesadas miragens. Daí que na busca de uma identidade nos deparemos com fragmentos de um imaginário também ele espartilhado por tempos diversos, assíncronicos, ritualizados alguns.

Interroguem-nos então:

O 25 de Abril suspendeu ou não um tempo histórico, molda ou não atitudes que se situam ao abrigo mentalidades outras; as semânticas foram ou não recolocadas, transpostas, subvertidas? Onde se inicia o processo revolucionário: no acto militar que o despoletou, ou na assumption de um modo de se estar em cujos parâmetros se dilui um quotidiano, uma gestualidade, uma ética?

Que Abril tenha permitido a eclosão de heterodoxias é fácil de atingir dada a plenitude de libertação face ao que era interdito. As referências tomaram rumos diversos. Uma nova escatologia de valores se impôs. Ao nível das mentalidades e do quotidiano os valores vão-se incorporando lentamente, num processo profundo e subterrâneo que escapa aos observadores mais atentos. Por exemplo, quando refiro a militarização no quotidiano, não tento surpreender quantos militares fardados existem pelas ruas; mas que grau de consciência militar (no sentido simbólico do termo) subsiste no cidadão comum. Interessante como uma das consequências mais discrepantes de Abril foi a progressiva desmilitarização nos hábitos e nas formas de comportamento. Consequentemente, uma aprendizagem nem sempre pacífica, mas eficaz com o laicismo.

Vejam um outro aspecto interessante do percurso interior da militarização: se há figuras que exerceram um fascínio simultaneamente rígido e temeroso, coadunando-se ao modelo do Pai e da Autoridade, foram os militares que nós conhecemos na pose com que se apresentavam em locais públicos, no antes do 25 de Abril. Depois, até essa imagem sofreu uma alteração: a divinização do soldado e do militar - note-se a oscilação da relação incestuosa, de Pai, transporta para irmão ou amigo - impôs um padrão que fugia à ética militar tal como é concebida.

As hierarquias, ou melhor, a concepção hierárquica de poder adentro das estruturas, sufocam-se perante a subversão das normas: a realidade, a sobrevivência da instância militar prende-se à plenitude de uma lógica, de uma ética, de um código. O 25 de Abril é o momento de perda psicológica de um Império, não já o 5.º sebastiãoico, mas um outro, o das colónias.

Note-se que a literatura perdeu o seu carácter épico: não surgiram desta acerca dos capitães de Abril. Os filmes não cantaram vitórias; pelo contrário, os que surgiram na ribalta, falavam de traumas, reportavam-se ainda ao passado fascista, ou devolviam-se ao labirinto interior de nós mesmos.

A Revolução teve dificuldades em falar de si própria quanto à representação ficcionada de fílmica.

Um outro traço estrutural da nossa mentalidade é o messianismo, ou melhor, os messianismos.

Este traço é bem difícil de discernir nos hábitos comuns, porque se traduz de uma forma transparente, lógica, consequente. A espera de um algo que se não sabe o quê; algo de transcendente que liberte, que salve milagrosamente uma situação considerada aflitiva, última, apocalíptica.

Atente-se que ainda hoje, passados que são dez anos, se perfazem as lendas onde homens individuais, no trajecto messiânico e culpabilizador que projectaram num colectivo, são heróis (perdedores ou não, pouco importa).

As biografias de Salazar, Sidónio Pais, Sá Carneiro assolaram os escaparates públicos e fizeram sucesso. As comemorações de Pombal foram pretexto para uma reflexão sobre os messianismos. De repente a sociedade portuguesa mergulhou no campo que lhe suscita uma maior polémica empática: o dos homens providenciais. Figuras distantes, aureoladas por mortes trágicas ou afins, que conduziram multidões sob um carisma pessoal incontrolável. Na realidade, o messianismo traduz-se na necessidade que o cidadão comum sente de transpor para um único homem as esperanças que deveria depositar num poder democraticamente assumido. As sociedades democráticas caminham cada vez mais para uma autonomia face a esses esquemas de autoritarismo solene e magnânimo, tão subtilmente inoculados nas veias de todos nós, mesmo daqueles mais prevenidamente lúcidos.

Passemos a um outro quadro referencial: os messianismos e os locais paradisíacos de uma certa esquerda em Portugal, após Abril.

Assistimos à maré de autocolantes e cartazes: o olhar duro e determinado do operário, forte, leninista, abraçado a uma roda de ferro ou a uma alavanca, foi-se diluindo progressivamente no operário mais brando, familiar, rodeado da sua família, ou mesmo, (e já esvaziado o conteúdo original) no trabalhador que tanto pode ser empregado de escritório, como operário. Também a reforma agrária: os trabalhadores em luta. Eram motivações colectivas, eram canções, eram comícios, eram sonhos de transformar os campos. A Reforma Agrária era o local paradisíaco da luta contra a opressão e a marca privilegiada de todas as irrupções do novo e do diferente.

Hoje, volta-se progressivamente aos valores fortíssimos em termos da consciência e da mentalidade, da pequena propriedade de terras, de um fazer individual: incentiva-se o mito do self-made man, labutador familiar, bom criador de gado e de filhos. Esta imagem não é grandiosa; mas não colide com a trança da mentalidade doméstica.

Também as solidariedades se perderam: no tempo da euforia vivia-se o Chile de Pinochet, e as lutas da América Latina à Ásia com a militância da euforia. Mesmo que nessa militância houvesse mais um deixar ir do que uma autenticidade. Hoje a obsessão nos medos e das pompas individuais é tão grande que tudo nos parece longínquo. Os jornais mostram essa mesma faceta: deixaram de falar em projectos colectivos e causas nobres. Ou salientam acidentes de viação, os assassínios e as violações mais brutais, ou referem as críticas do último filme em quase metade das edições. Porque doutro modo não venderiam. As tiragens descem. É preciso reencontrar o gosto do público.

Ainda nos não remetemos a um recolhimento. Mas estamos menos eufóricos. Vivemos uma versão mais transfigurante individual do nosso desejo. Ficamos esvaziados e exaustos. A evasão possível que o quotidiano pode permitir, temo-la comedidamente. A literatura que se produziu a seguir a 1974 devolve-nos a dimensão deste estar sem militância, deste acontecer sem dogma. Uma literatura intimista, que se gratifica nos labirintos da interioridade, pouco disposta à gesta e ao cerzir revolucionário. É que a Revolução começou a penetrar nos subterrâneos do nosso inconsciente colectivo, neles se demorando, compadecendo, desgastando. até se exaurir completamente em atitudes e gestos que à priori em nada se identificam com ela.

E ainda assim estamos mais ricos porque podemos pensar sem limites, sem peias, sem censuras. É verdade que já não sabemos inventar palavras de ordem, slogans, gritos de mobilização: a própria esquerda que se reclamou tanto de Abril, quedou-se numa apatia que não é de solenidade nem de esquecimento. As pessoas em geral alhearam-se: é mau, é bom ... Diria que é uma fase diferente, tão importante como qualquer outra, e, pelo menos, adequada aos tempos de depressão que se vivem, a nível mundial.

A 10 anos do 25 de Abril nenhum de nós se pode promover o direito da objectividade na análise e na apreciação do que tem vindo a acontecer. A História, tal como a sabedoria, necessita de se reabastecer da distância em relação ao facto que narra. Mas, o estar vivo é sempre um convite ao testemunho, ao diálogo, à fala. E, se bem que a inocência seja a menos cândida das virtudes, aqui deixo bem registado o seguinte: a autenticidade, entendo-a como um caminho de procura de um estar mais feliz, mais ardente, mas esclarecido; e nesse sentido, dos espelhos em que a nossa História não é remetida, o 25 de Abril é o que nos projecta mais ousada e enviesadamente na interrogação do que somos e do que fomos.